

SITUAÇÃO DAS MULHERES E AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DO MOVIMENTO *MINDJER IKA TAMBUR*

Ussumane Embaló

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Brasil).

<http://lattes.cnpq.br/0647811524594600>

<https://orcid.org/0000-0002-3783-4477>

E-mail: ussumaneembalo0695@gmail.com

Lívia Barbosa Pacheco Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Brasil).

<https://lattes.cnpq.br/5978999436523962>

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com

Camila Tribess

Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil).

<http://lattes.cnpq.br/6090150551521877>

<https://orcid.org/0000-0001-9601-0550>

E-mail: camila.nusp@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-31>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo apresentar informações e analisar as relações de gênero, em especial o papel das mulheres organizadas em defesa de seus direitos, enquanto parte fundamental das ações não-governamentais no combate às consequências da pandemia de Covid-19 e na gestão da crise causada por esta na Guiné-Bissau. Esta crise não é apenas de ordem sanitária, mas também econômica e social, atingindo de forma mais severa as mulheres, destacadamente as que convivem em situação de vulnerabilidade e sofrem violência doméstica. A vida diária, a situação econômica e social das mulheres, suas participações no enfrentamento da crise e a organização contra as violências que sofrem durante o processo serão o enfoque deste estudo, que se pauta em especial na análise do movimento de sensibilização contra a violência doméstica organizado durante a pandemia, campanha cujo lema foi “Mindjer Ika Tambur” (mulher não é tambor). Utilizamos como base para as análises realizadas os dados disponíveis em sítios governamentais e não-governamentais, entrevistas realizadas com lideranças políticas e sociais e informações disponíveis em mídias diversas. Busca-se dar visibilidade ao papel fundamental das mulheres e de sua auto-organização para a superação satisfatória da crise gerada pela pandemia no país.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero. Violência Doméstica contra a Mulher Africana. Gestão de Crise da Pandemia. Ações não-governamentais.

SITUATION OF WOMEN AND THE CONSEQUENCES OF THE COVID-19 PANDEMIC IN GUINEA-BISSAU: THE CASE OF THE MINDJER IKA TAMBUR MOVEMENT

ABSTRACT: This study aims to present information and analyze gender relations, in particular the role of women organized in defense of their rights, as a fundamental part of non-governmental actions in combating the consequences of the Covid-19 pandemic and in crisis management, caused by this in Guinea-Bissau. This crisis is not only of a health nature, but also economic and social, affecting women more severely, especially those who live in vulnerable situations and suffer domestic violence. Daily life, the economic and social situation of women, their participation in facing the crisis and the organization against the violence they suffer during the process will be the focus of this study, which is based in particular on the analysis of the awareness movement against domestic violence organized during the pandemic, a campaign whose motto was “Mindjer Ika Tambur” (a woman is not a drum). We used data available on governmental and non-governmental websites, interviews with political and social leaders and information available in various media as a basis for the analyzes carried out. The aim is to give visibility to the fundamental role of women and their self-organization in successfully overcoming the crisis generated by the pandemic in the country.

KEYWORDS: Gender Relations. Domestic Violence against African Women. Pandemic Crisis Management. Non-governmental actions.

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país africano localizado na costa ocidental da África, tendo limite fronteiriço ao Norte com a República do Senegal, ao Sul e Leste com a República da Guiné-Conacri e ao Oeste com oceano Atlântico. O país foi colônia de Portugal de 1446 (chegada portuguesa) a 1973 (independência). A sua extensão geográfica corresponde ao total de 36.125 km², dividido em 28.120 km² ocupado pela terra e 8.005 km² ocupado pela água. O país conta com um número de população estimada em 1.927.104 habitantes (CIA, 2020, INFANDE, 2021).

A Guiné-Bissau atualmente é um país de maioria feminina, com pouco mais de 54% da sua população sendo formada de mulheres, mas apenas 48,3% destas mulheres são alfabetizadas (INDEX MUNDI, 2018). Essa baixa escolarização se dá pela cultura da educação sexista, que contribui para (re)produção de lugares sociais diferentes atribuídos por papéis sociais de gênero. Fato que tem como consequência a baixa qualificação para que as mulheres possam se inserir no mercado de trabalho formal e com isso, a propensão ao trabalho informal e precarizado é maior, além da restrição ao desenvolvimento do capital intelectual feminino, realimentando os ciclos de submissão à uma sociedade machista, sexista, classista e discriminatória, como encontramos infelizmente em diversos

outros países do globo. Nesse sentido, podemos entender a estrutura social e econômica da Guiné-Bissau como uma sociedade patriarcal, em que a invisibilização (invisibilidade) e normalização da discriminação de gênero e a subvalorização feminina ainda existem em praticamente todas as dimensões: histórica, política, econômica, educacional, social e cultural.

Na dimensão política as mulheres ocupam cerca de 10% dos cargos políticos (MADE FOR MINDS, 2017). Como sublinhou (MENDES, 2019) desde a aceitação da democracia no país em 1994 até 2019 as mulheres não conseguiram ultrapassar 13,7% de representação na Assembleia Nacional Popular, mesmo com a Lei da Paridade que visa aumentar a representação mínima de 36% entre homens e mulheres na lista de cargos eletivos, criada e aprovada em 2018, por iniciativa da sociedade civil: Plataforma Política das Mulheres Guineenses e a Rede das Mulheres Parlamentares Guineenses e não de partidos políticos. Lei que infelizmente não fez a diferença nenhuma, ou seja, a mesma porcentagem de 2014 (antes da lei) mantém-se os resultados eleitorais de 13,7% em 2019 (após aprovação da lei).

Além da Lei de Cotas muito tardia, que só veio a ocorrer em 2018, que é considerada incompleta por não incluir o princípio de alternância, que poderia obrigar os partidos políticos a apresentassem listas para eleições de candidatos alternados entre homens e mulheres (MENDES, 2019), ela carece de aplicabilidade, especialmente por duas razões: uma é a dificuldade das mulheres se inserirem na política institucional, devido ao machismo estrutural, que aparta as mulheres dos locais da política e as responsabiliza de forma praticamente exclusiva pelas dimensões do cuidado e, em muitos casos, inclusive do sustento financeiro de suas famílias. Por outro lado, “continuam a existir bloqueios em relação à aceitação do espaço da mulher no campo político, ainda vistas como inferiores e incompetentes, mesmo que de forma não explícita por seus concorrentes homens” (NHAGA, 2020). Fato que afeta as tomadas de decisões e a criação de políticas públicas efetivas para a inclusão das mulheres.

Na dimensão cultural ainda persiste a marginalização, objetificação e condicionamento feminino, além da negação de direitos positivos às mulheres, mesmo tendo sido instituídos pelo Estado, nomeadamente, direito de herança, direito de gestão

dos seus próprios bens e dos patrimônios da família em pleno século XXI. Isto é, em muitos casos as mulheres ainda perdem direito a tudo que construíram quando do falecimento do cônjuge. A família do marido passa a assumir a gestão dos bens que a mulher construiu durante o casamento e, se for uma mulher que não teve filhos com marido, chega a ser expulsa da casa em que reside (LOPES, 1982). Esse tipo de estrutura social e econômica acaba tornando as mulheres extremamente vulneráveis à violência doméstica, na maioria das vezes perpetrada pelos próprios companheiros ou por parentes próximos.

Com o advento da pandemia mundial de Covid-19, em especial a partir de março de 2020, governos do mundo todo foram obrigados a tomar ações drásticas de "distanciamento social" e controle do direito de ir e vir das populações. Apesar da descoberta tardia da doença no continente africano, as ações de combate ao novo coronavírus foram necessárias também na Guiné-Bissau para garantir a integridade da população. Mas essas ações acabaram atingindo exatamente a população mais vulnerável econômica e socialmente, em especial as mulheres. No entanto, a pandemia ampliou as mazelas sociais existente no globo, dando visibilidade as desigualdades do gênero e sobrecarregando as diversas formas de exclusão e violência. Também surgiram junto, ações de organizações sociais e movimentos de mulheres que buscam amenizar os problemas decorrentes das políticas adotadas para a prevenção da pandemia.

Neste artigo buscamos compreender e analisar dois pontos fundamentais na atuação destes movimentos. Em primeiro lugar, retratar um pouco dos efeitos do colonialismo e a situação das mulheres na Guiné-Bissau, mesmo antes da pandemia e quais ações e organizações já estavam atuando em defesa dos direitos igualitários entre homens e mulheres. Em segundo lugar, nossa atenção voltou-se de forma especial para o movimento “Mulher não é tambor” (Mindjer Ika Tambur), que se destacou em diversas mídias sociais e entre a população de mulheres guineenses com campanhas de combate à violência de gênero.

Para termos acesso às informações qualificadas, além de pesquisa bibliográfica e coletiva para aprendizagem efetiva, utilizamos entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma virtual remota com lideranças de organizações políticas e sociais guineenses, no

mês de novembro de 2020, que nos brindaram com uma gama generosa de informações e suscitaram uma polifonia de vozes reflexivas e importantes sobre a questão das mulheres na Guiné-Bissau. Gostaríamos de agradecer desde já, às pessoas que gentilmente cederam parte de seu tempo e dedicação para que esta pesquisa fosse desenvolvida.

A seguir, exploraremos algumas das respostas obtidas nestas entrevistas, de forma a construir o argumento central deste artigo, que busca demonstrar que, apesar das elevadas dificuldades que as mulheres enfrentam em toda parte, e em especial na Guiné-Bissau para terem seus direitos respeitados e sua vida e integridade física valorizadas, autonomia sobre seus corpos, as mulheres têm se colocado de forma atuante e protagonista. E nós como estudiosas e estudiosos dos temas relacionados às questões de gênero e política, nos cabe dar visibilidade ao papel fundamental das mulheres e de sua auto-organização para a superação satisfatória da crise gerada pela pandemia na Guiné-Bissau.

DESIGUALDADE DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU

Nas diversas entrevistas que realizamos, existe um consenso de que a situação das mulheres guineense ainda é muito difícil, em especial aquelas de extratos sociais e econômicos mais vulneráveis (mulheres com baixa escolaridade, sem profissão definida e/ou renda).

Seco Duarte Nhaga então presidente da Rede Nacional de Juventude Guineense (RENAJ) e da Associação de Jovens para Promoção dos Direitos Humanos (AJPDH), em entrevista concedida (2020), salienta que: “é negado à mulher o direito de herança à terra, e que as tradições do país se condicionam como fato normal a mulher se submeter a uma relação de violência e dependência para com o marido e para com a família”, desde antes do casamento, assim educadas na família e mostradas como regra social, pois se sentem desamparadas, tanto pela própria rede familiar, quanto pelo Estado em relação aos seus direitos. Além disso, mesmo quando é o trabalho da mulher que garante o sustento econômico da família, os seus ganhos são, via de regra, entregues nas mãos do marido

para este gerir o dinheiro, como questão ligada à honra masculina (o gestor, o comandante da família, o último a bater o martelo para qualquer decisão na família).

A violência acaba por romper a integridade dessas mulheres, subordiná-las a papéis inferiorizados e deixá-las suscetíveis e vulneráveis. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), define violência como uma reação de poder, com o uso da força física, ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou possibilite uma lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

A médica Dra. Fatumata Sané, então presidente da Rede Nacional de Jovem Mulheres Líderes da Guiné-Bissau (RENAJELF-GB), também concorda com esse diagnóstico. Ela corrobora que a sociedade guineense subvaloriza, discrimina, viola e exclui a mulher de todas as formas e em todos os lugares. Seja na família, na sociedade, na economia, na política, na justiça, no desporto, enfim, em todas as dimensões de exercício da cidadania e de tomada de decisões.

Segundo o Dr. Augusto Mário da Silva, presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (LGDH), na época, afirma que o país tem uma justiça pouco sensível aos valores dos direitos humanos, e é especialmente insensível em relação aos casos que são objetos de denúncia por parte de mulheres e que, por esta razão, não se tem conseguido dar respostas satisfatórias para as vítimas dos mais diversos tipos de violência.

Ambos os entrevistados salientam que é recorrente receberem casos de abuso sexual contra mulheres e meninas, denúncias de: mutilação genital, casamento precoce e forçado, assassinatos de mulheres acusadas de bruxaria e demais variadas formas violações dos direitos humanos. Dra. Fatumata Sané (2020), reitera que: "é importante e urgente que a legislação guineense dê uma mensagem de que há comportamentos que não são aceitáveis, mas não é só a criminalização que resolve. São precisas medidas de educação e proteção da vítima".

Dra. Fatumata Sané (2020), complementa sua fala chamando atenção para a necessidade de o governo repensar sua atuação, "parar de punir as mulheres pela sua

sexualidade e ensinar os homens a deixarem de se sentir ameaçados pela presença do sucesso das mulheres”, afirmou.

Com a pandemia de Covid-19, percebeu-se que os casos de violência em geral aumentaram de forma significativa contra as mulheres destacadamente em 2020. Houve momentos em que as autoridades de segurança para manter o isolamento social e prevenir a contaminação do coronavírus, utilizou-se do *lockdown*. As mulheres e homens que precisavam sair para exercitar suas atividades econômicas e sustentar as suas famílias, foram impedidas e agredidas fisicamente por estarem nas ruas.

Foram registrados vários casos de agressões e espancamentos contra pessoas que de alguma forma tinham que sair para buscar sustento, já que o governo não dava auxílio ao povo. Nesse sentido, as mulheres que trabalham nos mercados informais foram as mais prejudicadas, pois não tinham sua renda diária garantida e acabavam sendo vítimas de diversas violências. Lamentavelmente, até o momento, a justiça não conseguiu atribuir culpa dos casos de forma satisfatória e, tendo uma justiça seletiva, que escolhe casos que devem ser tratados e os que devem ser ignorados, infelizmente até então, a justiça guineense não consegue garantir os direitos fundamentais a estas mulheres.

Dra. Fatumata Sané, traz que durante a Pandemia a situação de vulnerabilidade e violência resultante das desigualdades de gênero aumentou de forma alarmante; as medidas de isolamento social adotadas acabaram desenvolvendo uma dupla violência: cuidados contra os vírus, morar com seus agressores nas vinte e quatro horas do dia, além de agressão policial nas ruas em busca de alimentos, renda etc. Já o Dr. Augusto Mário da Silva, enfatiza que durante a pandemia de Covid-19 a violência foi alta, razão pela qual LGDH realizou um processo de formação pedagógica com as forças de segurança, no sentido de realizarem intervenções de forma humana e dialogada (sem uso de força bruta ou linguagens inapropriadas).

Na pandemia, a violência acabou por demonstrar como e o quanto é alto o nível da desigualdade de gênero em todos os níveis da sociedade guineense, o papel social, o aumento das vulnerabilidades a que se encontram expostas as mulheres. Nota-se o poder exercido de forma desigual: o homem se demonstra como dominador e a mulher invisível como ser humano, a dominada, considerada propriedade masculina, exposta à violência

pela dificuldade de acesso a recursos básicos, e muitas das vezes por não ter condição para reagir contra essas práticas socioculturais enraizadas.

Saffioti (2004, p.47) nos lembra que: “a autoridade outorgada ao masculino e cristalizada na estrutura familiar naturalizou o direito do homem de punir a mulher e os filhos, considerados propriedade masculina”, sistematizando assim as justificativas da violência. Além disso, a educação patriarcal, baseada nas diferenças binárias, consideradas naturais ou divinas, entre homens e mulheres é o que acomete e faz com que permaneça historicamente a violência de gênero nas mais diversas sociedades.

Nesse sentido, é preciso combater a romantização do relacionamento abusivo, a culpabilização das vítimas, a falsa imagem de que "mulher forte aguenta em silêncio e preserva seu casamento" e a perpetuação de estereótipos femininos que afetam essas mulheres de forma complexa e traumática. Da mesma forma, é preciso um processo de educação e conscientização dos homens, desde aqueles que acreditam reforçar sua masculinidade através da violência doméstica, até aqueles que, como parte do aparato repressor do Estado, através da polícia, sentem-se confortáveis para exercer a violência de forma explícita sobre pessoas vulneráveis, em especial as mulheres.

A VULNERABILIDADE DAS MULHERES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

As medidas de prevenção adotadas pelas autoridades políticas e sanitárias no país, no que tange à restrição da circulação de transportes públicos, geraram a necessidade de grandes sacrifícios por parte das mulheres, para que conseguissem exercer suas atividades econômicas diárias. Sendo o único meio possível para que elas chegassem aos seus lugares de trabalho para obter o sustento da família, muitas foram obrigadas a percorrer a pé entre 30 a 40 quilômetros por dia, além da vulnerabilidade de contrair o vírus e infectar suas famílias.

Grande parte disso ocorreu porque, no início da pandemia de Covid-19, o governo criou de forma arbitrária uma estrutura intragovernamental de resposta à doença que excluiu do debate público a maioria dos jovens, das organizações da sociedade civil, das

estruturas organizacionais das mulheres e outros grupos da sociedade. As mulheres, em especial aquelas que atuam no mercado de trabalho informal, não tiveram participação no processo de tomada de decisões, ou seja, a preocupação das autoridades governamentais era de tomar medidas de segurança de não disseminação dos vírus, sem levar em consideração os fatores econômicos e sociais fundamentais para garantir que tais decisões pudessem se efetivar. Valendo as medidas contra o vírus e ignorando a fome e cuidados de saúde.

A princípio, entende-se a pressa em tomar decisões que evitassem a contaminação da população, em especial frente ao sistema de saúde precário existente. As regras foram impostas sem auscultação da sociedade, além de serem rígidas a ponto de se tornarem violentas, mas houve grande engajamento da população quando ocorreu a valorização do papel comunitário no combate à doença (GOMES VAZ, 2020). Por razão das necessidades básicas, houve enormes resistências por parte de homens, mulheres e jovens que precisavam trabalhar para garantir o sustento de suas famílias.

Entretanto, podemos dividir essas medidas governamentais em duas fases: fase-1, a participação da sociedade civil não foi reconhecida pelo âmbito governamental. Porém, na sequência, ao perceber que as medidas de isolamento estavam criando violências diversas de um nível muito alto; na fase-2 houve uma tentativa de diálogo, com a participação das mulheres e de outras organizações sociais para amenizar a situação e brandar as medidas.

A partir dos conflitos iniciais, as mulheres foram chamadas para estabelecer o diálogo entre governo e sociedade civil. Em suas palavras, a Plataforma Política das Mulheres e a Rede das Mulheres Defensoras de Paz intermediaram e realizaram trabalhos notáveis com as mulheres comerciantes, articulando entre o governo e a Câmara Municipal do Comércio, para a disponibilização dos espaços propícios e condignos para as atividades econômicas, respeitando as medidas de prevenção ao novo coronavírus, Além disso, ocorreram várias intervenções sociais, buscando conscientizar as pessoas sobre o perigo da doença causada pela Covid-19, distribuindo materiais e produtos para a prevenção do vírus, tais como máscaras e produtos higiênicos, cesta básica para as

famílias mais vulneráveis e ensinando métodos de lavagens das mãos, distanciamento social e identificação dos casos suspeitos da doença.

Na dimensão econômica, Seco Nhaga afirma que: “a Guiné-Bissau é um país de economia muito frágil e não mecanizada e a sua base se assenta numa agricultura não formal de domínio particularmente feminino”, ou seja, muitas das riquezas produzidas pelo país são asseguradas pelas mulheres agricultoras e comerciantes sem assistência do Estado. Seco Nhaga assegura que, com a crise sanitária, econômica e social da Covid-19, a ausência do Estado nos investimentos para geração de renda e emprego em um país com baixo nível das produções, é difícil que haja desenvolvimento do PIB no ano 2020 e nos anos pós-pandemia, caso o Estado não mude as estratégias e comece a botar mão, investir no setor agrícola e abrir possibilidades e liberalização do comércio para as mulheres.

Ainda que, com a chegada da pandemia de Covid-19 várias empresas perderam a capacidade de produção, o que gerou grande número de desemprego, inclusive feminino. Na Guiné-Bissau, a mão de obra feminina sempre teve (e continua tendo) sua contribuição no setor econômico invisibilizada, além de ser considerada mão de obra mais barata do mercado, pois não existem mecanismos para garantia de direitos laborais, auxílio maternidade ou apoio durante a gestação, ou seja, o Estado e a sociedade são incipientes na proteção às mulheres e aos seus direitos econômicos.

Ao que tudo indica, diversas empresas dificilmente voltarão a funcionar normalmente após a pandemia, a menos que sejam assistidas pelo Estado ou outras entidades econômicas. Ou seja, no nível econômico, as consequências para a garantia de emprego e renda das mulheres, mesmo aquelas que possuem algum tipo de emprego formal, é bastante preocupante. Além disso, Dr. Augusto Mário alertou para o fato de que o Orçamento Geral do Estado para 2021, não previa nenhuma ajuda destinada para as mulheres agricultoras e empreendedoras ou para as empresas de caráter privado, para promover uma reinserção econômica. Esse cenário pode resultar em uma vulnerabilidade ainda maior das mulheres na sociedade guineense.

Sobre o impacto do novo coronavírus na economia e, conseqüentemente na vida das mulheres, Seco Nhaga e Dra. Fatumata Sané convergem na análise de que será um impacto muito profundo, lembrando que maioria das famílias são sustentadas pelas

mulheres, desde renda, alimentação, saúde, educação etc., na base de uma economia informal e de fraco rendimento. Sem falar das empregadas domésticas, que ficaram durante muito tempo sem ter trabalho e sem garantia de renda, ou seja, sem algum tipo de remuneração ou assistência dos seus contratantes ou do Estado, o que gerou mais dificuldades de mantimento, fome, problemas de saúde e alteração dos níveis psicológicos nas famílias. Simplificando, começaram as medidas de isolamento social, as empregadas domésticas foram deixadas na mão, mandadas para casa sem nenhum tipo de assistência de seus patrões ou do Estado.

EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Em pleno século XXI, a sociedade guineense ainda conta com grande número de grupos que negam o direito à educação das meninas, para melhor inserção social e econômica, alegando que o lugar delas não é na escola, e sim, no casamento, cuidar da casa, marido e filhos. Nesse sentido, a entrevistada Yolanda Garrafão, socióloga e coordenadora do Mindjer Ika Tambur, reforça que o acesso à educação para as meninas já era limitado antes da crise causada pela pandemia de Covid-19, em função de crenças que defendem princípios de que menina, uma vez dado o direito à educação, não se submeterá ao seu futuro marido, além dos casamentos precoces e forçados durante o percurso escolar, justificando ameaças de gravidez na casa dos pais e medo de punições espirituais.

Sendo assim, Seco Nhaga lamenta que, tendo esses preconceitos estabelecidos na cultura geral, torna-se indispensável o esforço de garantir que não haja interrupção no calendário escolar, sendo necessário grande planejamento para garantir a continuidade da escolarização de todos os jovens, em especial das meninas.

Segundo a Dra. Fatumata Sané (2020), País que não dispõe de infraestruturas escolares adequadas para garantir a saúde de estudantes e professores, e muito menos dispõe de equipamentos tecnológicos e rede de internet estável para ensino remoto, os prejuízos educacionais podem ser devastadores com a crise pandêmica. Prejuízos são muito grandes, especialmente para as meninas que muito cedo são obrigadas a assumir o papel dos cuidados da família e o casamento.

A Guiné-Bissau, apesar de ser signatária de várias convenções internacionais, tais como a Carta Africana de Direitos do Homem e dos Povos (Carta de Banjul, 1981), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África (Protocolo de Maputo, 2005) e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, 1979), o Estado ainda é omissivo e foi consensado nas falas de quem entrevistamos que a desigualdade de gênero existente em nível muito alto no país, o que contribuiu para o não acesso das meninas à educação e a manutenção de diversas formas de violência de gênero.

A LGDH reitera que toda transformação perpassa pela educação é só através dela é capaz de transformar ativamente sociedades e seres conscientes, críticos e reflexivos sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos e cidadãs. Como argumenta Mendes, a desvalorização da educação e formação profissional para as mulheres é o principal suporte dos homens políticos para negar os espaços às mulheres para os cargos políticos e conseqüentemente agregação econômica. Uma mulher despreparada profissionalmente é difícil crescer economicamente de forma independente e autônoma. A sua presença nos cargos políticos profissionais é questionável e mais fácil de rejeitar, além disso, a sociedade civil não ajuda a combater o problema, ela não prepara e lança as mulheres politicamente (MENDES, 2019).

Na mesma senda, as organizações sociais realizam a sensibilização junto da sociedade em geral sobre a importância da mulher na família, na sociedade, nas organizações e na política, além de exigir do governo que o Orçamento Geral do Estado zele pela vida social, educacional, econômica e pela saúde das mulheres e meninas, como destacou Seco Nhaga e Fatumata Sané. Não faltam organizações e grupos da sociedade civil no combate a favor da igualdade de gênero e de emancipação das mulheres, com garantia de liberdade para que a mulher decida sobre a sua própria vida, o futuro dos filhos e da família e para exercer o direito sobre seu corpo e condições de gestação. No entanto, o caminho ainda se apresenta bastante árduo. Faltam resultados visíveis que mudem a percepção geral da sociedade sobre a condição da mulher, que é o verdadeiro propósito das lutas de mulheres para garantir o respeito e a igualdade de gênero.

O CASO DO MOVIMENTO “MULHER NÃO É TAMBOR”

Um brilhante e inestimável iniciativa é a campanha "*Mindjer ika tambur*", que significa “Mulher não é tambor”, uma ideia que surgiu através de fotos sem legendas, colocada no perfil do *Facebook* da maquiadora Umo Djaló e que reclamava, através da sua maquiagem, insinuando o ato de violência doméstica, que as meninas e mulheres da sua comunidade são alvos, dia-após-dia, principalmente durante o período de isolamento social. Como forma de desencorajar tais práticas de violência e trabalhar na conscientização de homens e mulheres, as jovens decidiram lançar uma campanha midiática através das redes sociais.

A campanha começou a ganhar força quando a advogada estagiária Djenabu Baldé resolveu aderir à campanha e postou uma foto com seu rosto aparentando sinais de agressões físicas, estas fabricadas por Djaló. Djenabu Baldé disse que a maquiagem realística conseguiu retratar a estratégia da campanha, "pensavam que tinha sido agredida pelo meu companheiro. A minha irmã, que vive em Inglaterra, telefonou a chorar (...) disse-lhe que é só uma campanha".



Imagens 1 e 2: Fotos do perfil no *Facebook* da campanha “*Mindjer ika tambur*”.

Junto às fotos existia o incentivo à denúncia das violências que são silenciadas em diversos níveis. Em entrevista, a vice-presidente da RENAJELF-GB, Adama Baldé, Umo Djaló, criadora da Campanha *Mindjer ika tambur* e Yolanda Garraão contaram que Umo Djaló identificou casos de violência doméstica na sua comunidade. A partir disso se maquiou, insinuando sinais de agressões físicas e fez um vídeo, que foi publicado na rede *Tik Tok*. Em seguida, ela publicou uma foto e postou também no *Facebook*, sem legenda,

provocando reações diversas das pessoas em sua rede. Nesse contexto, as redes sociais funcionaram como espaço cívico para conscientização, combate e denúncia de violência doméstica contra as mulheres guineense.

A partir dessa ação a empreendedora de moda Aurora Almeida pediu a permissão para repostar a mesma foto e a ideia de campanha se materializou, foram assim convidando mais jovens para constituir o grupo “*Mindjer Ika Tambur*” nome sugerido por Marluce, uma das convidadas.



Imagem 3: Fotos do perfil no *Facebook* da campanha “*Mindjer ika tambur*”.

Como acontece nas redes sociais quando uma campanha “viraliza”, as jovens foram desafiando outras mulheres e jovens meninas a participarem da campanha e assim criaram estratégias para a conscientização contra a violência doméstica, usando a maquiagem em forma de hematomas para simular casos de agressões, criando diferentes cenários. De forma sigilosa no princípio, foram inundando as redes sociais com imagens que pareciam reais, e aos poucos ganharam adeptos entre homens e mulheres dentro e fora do país.

Assim, tiveram a colaboração das mídias nacionais e internacionais no processo da divulgação da campanha em sua primeira fase, que durou uma semana. Na segunda fase já houve colaboração de personalidades civis, ativistas sociais, feministas, artistas, músicos, como por exemplo, a lenda da música guineense, Dulce Neves. Seguiram então com a produção de vídeos e imagens, postando nas redes sociais com palavras de

sensibilização. Como conta Yolanda Garraão, o coletivo expandiu a campanha para as comunidades rurais, através das sessões de *djumbai* comunitários, gerando sensibilização e realizando visitas às mulheres e meninas vítimas da violência, sempre respeitando as medidas de prevenção recomendadas pelo Ministério da Saúde.

Durante as sessões de *djumbai* e visitas identificaram e denunciaram vários casos junto das instâncias judiciárias do país, ajudando a dar seguimentos aos processos, apesar de não haver acusações formais aos agressores por parte da justiça, tendo em conta a fragilidade que o poder judiciário sofre, com as influências do poder tradicional (regulados, chefes de tabancas e chefes religiosos). Adama Baldé relata que “as leis costumeiras têm mais peso do que as leis positivas”, isto é, as chefias locais são capazes, na maioria das vezes, de influenciar a justiça formal e acabam impedindo que os casos de denúncia contra a violência doméstica sejam investigados e levados a julgamento.

Na visão de Aurora Almeida, “as medidas impostas pelas autoridades sanitárias tiveram impacto negativo na vida das meninas e mulheres”, por serem vítimas de vários tipos de violências domésticas e outras baseadas no gênero, ela lembra que muitas meninas foram buscar amparo nas casas de acolhimento por razão de ameaças ao casamento, gravidez, abuso sexual, retirada nas escolas etc. Entretanto, algumas destas meninas, a quem foi negado o direito à educação com o isolamento social, foram reintegradas às suas famílias, dadas as demandas que as casas de acolhimento têm enfrentado em tempos de pandemia, sendo muitas vezes espaços que não estão em condições de oferecer segurança sanitária.

Assim, novamente essas meninas sofrem a dupla violência que explicitamos no início deste texto: além da violência doméstica, enfrentam também a violência perpetrada pelo Estado ao não garantir seus direitos. Lembrando sempre que, conforme apontam as pesquisas na maioria dos países do mundo, os violadores e agressores normalmente não são estranhos, mas sim familiares para onde essas meninas foram reintegradas durante a pandemia.

No que relaciona com aos desafios atuais, Baldé destaca alguns pontos que não são exclusividade da Guiné-Bissau, mas sim temas que perpassam os diversos países em que o tema da violência e desigualdade de gênero ainda não são tratados seriamente. Ela

destaca o machismo e as estruturas sociais machistas, com as mulheres muitas vezes reproduzindo as ideologias que vão contra seus próprios interesses e reforçam os ciclos de violência. A ignorância, a falta de informação, a falta de sensibilidade com a causa das mulheres, a normalização da violência de gênero, com piadas machistas feitas em relação ao movimento, tais como “*homi ika banco*” (homem não é banco) e “*Homi ika tambur*” (homem não é tambor), configurando ironias com *slogan* de “*Mindjer ika tambur*”.

Além disso, Baldé acredita que “o problema do machismo estrutural e conjuntural leva a sua reprodução em todos os espaços, desde a família, escola, locais de serviços públicos e privados e até mesmo no aparelho de Estado”. As mulheres, mesmo sendo vítimas das violências, por fatores religiosos, culturais e tradicionais, acabam acreditando na normalização da violência. Isso se percebe no cotidiano através de frases populares em língua crioula, como por exemplo “*sufridur ta padi fidalgo* (mulher que aceita sofrer pelo marido vai parir um bom filho) e “*mindjer kata ialsa voz ku si homi*” (mulher não deve levantar a voz para o marido). Assim, as mulheres acabam ficando reféns da reprodução de comportamentos e ideologias machistas na educação dos filhos e filhas, e acabam por influenciar a reprodução dos mesmos comportamentos dos meninos e meninas das gerações seguintes na vida adulta.

Segundo Djaló, a realidade social, cultural, étnica e religiosa instala na cultura das mulheres “que uma boa mulher é aquela que aceita perdoar, assumir as responsabilidades, e não deve desafiar o marido porque o homem que veste as calças” ele é quem tem direito sobre a mulher, esta que tem de ser apenas obediente/submissa, ou seja, as mulheres guineenses tem uma construção de feminilidade nociva ao próprio gênero, pois suas mentes e corpos são educados para ser mãe, obediente/submissa (logo inferior ao homem), recatada, doméstica.

No mesmo sentido, Yolanda Garrafão reforça que, para grande parte da sociedade que reforça os ideais machistas, o feminismo é conceito importado dos ocidentais na justificação das lutas femininas, porém não são problemas da sociedade guineense, e dizem: “problema de assédio e luta de feminismo são problemas de mulheres brancas”. Essa ideia acaba reforçando a negação das próprias mulheres a buscarem seus direitos e reivindicar o respeito à sua condição de mulher. Essa dicotomia entre o feminismo e os

movimentos de mulheres africanas não é novidade, e tem sido recorrente o uso de termos como “mulherismo Africana”, cunhado por Clenora Hudson-Weems (1989), para inclusive demarcar a importância de se debater as questões de gênero de forma coerente à cultura, interesses e necessidades específicas das mulheres do continente Africano. No entanto, é importante ressaltar que este tipo de polêmica é, muitas das vezes, mobilizado para que se deslegitime os direitos das mulheres e suas lutas, gerando divisões entre as próprias mulheres que precisam de sua força unida para realizar as transformações necessárias. É interessante também pensar o quanto a própria violência de gênero é um comportamento e padrão cultural herdado da devastação colonial, mas como privilegia aos homens que estão exercendo o poder atualmente, esse padrão é discursivizado como algo “natural”, algo que faz parte da cultura local, apesar das evidências históricas demonstrarem o contrário (NJERI, 2020).

O conjunto dessas percepções, preconceitos e mesmo polêmicas geradas para deslegitimar os movimentos de mulheres, como apontaram nossas entrevistadas, constituíram e ainda constituem grandes dificuldades na luta pela igualdade de gênero. Houve grupos de embate ao movimento, criados por jovens que usaram as frases "*homi ika tambur*" e "*homi ika banco*", por exemplo, buscando menosprezar a pauta contra a violência de gênero. Almeida, ilustra o quanto a desigualdade de gênero está presente no país, em que o regime predominante é o patriarcado, que dá poderes ao homem como chefe da família, que os tornam detentores de todos os bens e autoridade sobre a família, inclusive sobre os corpos de mulheres e filhas. A mulher assume o papel de “dona da casa”, incumbida das obrigações domésticas, como ser boa esposa, cuidar do marido, dos filhos, da alimentação etc., apesar de muitas vezes ser ela também a responsável direta pelo sustento econômico do núcleo familiar. Não são dadas as mesmas oportunidades na educação a homens e mulheres e a grande maioria das meninas não têm formação escolar satisfatória.

No decorrer da campanha “*Mulher não é Tambor*” as jovens envolvidas constataram que o sofrimento na vida diária da mulher guineense é gritante, incluindo maus tratos, torturas físicas, psicológicas, privação econômica, abuso e exploração sexual no relacionamento conjugal e, na maioria das vezes, esses casos de violência não são sequer denunciados por conta de intimidação, ameaça, moralização e medo de perder o

marido, sendo a mulher divorciada vista como impura, irresponsável, insubmissa etc. Por estes motivos acabam sendo submissas ao custo muitas vezes de suas próprias vidas.

O Movimento "*Mindjer Ika Tambur*" já se coloca perante a sociedade guineense como um grupo coeso e importante de mulheres e homens que desafiam essa visão da sociedade e que não normalizam a desigualdade de gênero e a violência contra mulher. Atualmente o grupo conta com cerca de 4 mil seguidores (até junho 2023) e 1600 pessoas envolvidas diretamente em seu grupo no *Facebook*, e segue ganhando visibilidade nas redes sociais e na imprensa nacional e internacional. O grupo decidiu lutar pela promoção dos direitos das meninas e mulheres, pela eliminação das práticas nefastas que põem em causa o direito e o poder feminino de decidir sobre sua própria vida. Como nos lembra Yolanda Garrafão, é preciso uma mobilização em múltiplos níveis, trabalhando na conscientização contra a violência, realizando formações e capacitação para mobilizar o empoderamento e liderança femininas, incluir as mulheres na gestão de negócios e na política. Apesar de ainda não contar com nenhuma entidade parceira que financie o movimento, nem com o apoio do próprio governo, o grupo "Mulher não é tambor" tem planos ousados para concretizar o sonho de uma Guiné-Bissau livre da pandemia de violência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório como a violência contra a mulher é algo profundamente enraizado nas culturas guineense - e não apenas, mas se trata de uma questão global que vem sendo questionada e enfrentada há muitas décadas. Infelizmente a sociedade ainda aceita e referenda a violência de diversas formas, como algo pertencente à cultura, que "sempre existiu" e assim as diferentes formas de violência se perpetuam. O confinamento social imposto pelo Estado para diminuir o contato e a disseminação da Covid-19 acabou aumentando as situações de violência, tanto doméstica quanto institucionais, agravando situações de risco para mulheres que já estavam vulneráveis de diversas formas à violência física e psicológica. O estado e a sociedade da Guiné-Bissau ainda pouco analisam este vasto e importante tema, sendo que o aumento da violência doméstica

contra as mulheres na pandemia acaba sendo uma consequência de diversas vulnerabilidades, como apontado no decorrer deste texto.

O grande desafio para as mulheres neste cenário epidêmico (falta de saúde, educação e empregabilidade no mercado de trabalho e confinamento com o agressor), com vistas a transformar os rumos da história individual e coletiva das mulheres, é re/des/construir a mentalidade social que coloca as mulheres em situação de inferioridade frente aos homens, procurando exigir seus direitos como pessoa humana ao Estado e à sociedade, conforme diz o artigo 25 da Constituição da República da Guiné-Bissau (Assembleia Nacional Popular, 1996), “*o homem e a mulher são iguais perante a lei, em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural*” o que não tem sido garantido efetivamente na prática social e política guineense.

Frente a esses desafios, diversas organizações e lideranças, algumas das quais nos brindaram com suas análises e entrevistas para este texto, têm atuado de forma corajosa para enfrentar não apenas as consequências nefastas da pandemia de Covid-19, mas para garantir a saúde, a integridade e a educação das meninas e mulheres guineenses. Uma sociedade que violenta sistematicamente mais da metade de sua população não pode nunca se considerar em estado de paz ou normalidade. Nesse sentido, buscamos aqui destacar em especial a atuação das jovens do coletivo “*Mindjer Ika Tambur*”, que de forma corajosa e criativa têm se colocado nas mídias e no cotidiano da sociedade guineense para fazer frente às consequências mais devastadoras da pandemia, quais sejam, os riscos efetivos para a vida e integridade das mulheres e meninas, que sofrem as violências domésticas e institucionais cotidianamente.

REFERÊNCIAS

MENDES, Herculano Arlindo - **A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS** [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2019. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/19007>>. Acesso em 09/12/2020.

GOMES VAZ, Paulo. **Entre a Necropolítica Mundial, Estigmas e os Saberes Africanos: o legado da África no combate à Covid-19**. Revista Horizontes ao Sul, 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/09/10/haos->

convida-unilab-dossie-especial-as-humanidades-e-os-efeitos-da-covid-19> Acesso em 15/12/2020.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. 1973.

HUDSON-WEEMS, Clenora. **Cultural and Agenda Conflicts in Academia: Critical Issues for Africana Women's Studies**. The Western Journal of Black Studies, 1989.

INDEX MUNDI. **Guiné-Bissau Perfil População**. 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/populacao_perfil.html>. Acesso em 09/12/2020.

LGDH, Liga Guineense dos Direitos Humanos. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_guine_bissau_2007_situacao_dh_gb.pdf>. Acesso em 09/12/2020.

LOPES, C. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MADE FOR MINDS. **Guiné-Bissau: Deputada quer mais mulheres nas próximas eleições**. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-deputada-quer-mais-mulheres-nas-pr%C3%B3ximas-elei%C3%A7%C3%B5es/a-40301007>>. Acesso em 09/12/2020.

MINDJER IKA TAMBUR. **Perfil oficial Mindjer Ika Tambur**, Facebook. Disponível em: <<https://web.facebook.com/Mindjer-i-ka-Tambur-100410188398817>> Acesso em 15/12/2020.

NJERI, Aza. **Vamos falar sobre mulherismo Africana**. Revista Alma Preta, jan 2020. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>> Acesso em 08/12/2020.

OBSERVADOR. Covid-19. **Casamento forçado e incesto aumentaram na Guiné-Bissau**. Agência Lusa, 16/10/2020. Disponível em: <<https://observador.pt/2020/10/16/covid-19-casamento-forcado-e-incesto-aumentaram-na-guine-bissau/>>. Acesso em 08/12/2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde (World Health Organization). **Global consultation on violence and health**. Violence: a public health priority. Geneva: WHO; 1996.

SAFFIOTI, H. B. I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da. **Políticas linguísticas para a pandemia: Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste em foco**. Revista Horizontes ao Sul, 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/09/10/haos-convida-unilab-dossie-especial-as-humanidades-e-os-efeitos-da-covid-19>> Acesso em 15/12/2020.

UNESCO. **Global education report**. 2020. Disponível em: <<https://gem-report-2020.unesco.org/>> Acesso em 14/12/2020.

* Entrevistas realizadas em novembro de 2020 para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau. Os entrevistados não pediram confidencialidade, concederam autorização para sua identificação e transcrição de suas falas.

ALMEIDA, Aurora. Depoimento via Questionário Eletrônico (E-mail) [nov. 2020]. Entrevistadores: Ussumane Embaló e Camila Tribess. **Entrevista concedida para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau.**

BALDÉ, Adama. Depoimento via Questionário Eletrônico (E-mail) [nov. 2020]. Entrevistadores: Ussumane Embaló e Camila Tribess. **Entrevista concedida para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau.**

DA SILVA, Mário Augusto. Depoimento via Google Meet [19. nov. 2020]. Entrevistadores: Ussumane Embaló e Camila Tribess. **Entrevista concedida para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau.**

DJALÓ, Umu. Depoimento via Questionário Eletrônico (E-mail) [nov. 2020]. Entrevistadores: Ussumane Embaló e Camila Tribess. **Entrevista concedida para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau.**

GARRAFÃO, Yolanda Victor Monteiro. Depoimento via Google Meet [18. nov. 2020]. Entrevistadores: Ussumane Embaló, Lívia Souza e Camila Tribess. **Entrevista concedida para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau.**

NHAGA, Seco Duarte. Depoimento via Google Meet [18. nov. 2020] e Questionário Eletrônico (E-mail). Entrevistadores: Ussumane Embaló, Lívia Souza e Camila Tribess. **Entrevista concedida para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau.**

SANÉ, Fatumata. Depoimento via Google Meet [19. nov. 2020] e Questionário Eletrônico (E-mail). Entrevistadores: Ussumane Embaló, Lívia Souza e Camila Tribess. **Entrevista concedida para a pesquisa sobre relações de gênero antes e durante a pandemia na Guiné-Bissau.**

Submissão: junho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: novembro de 2023.